

Crítica das representações sociais de ruralidade em Globo Rural revista

Isadora Moreira Ribeiro¹ Gislene da Silva²

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto de estudo as representações sociais da ruralidade brasileira na revista Globo Rural. Com base na teoria de Moscovici, discute-se a dimensão simbólica dos textos noticiosos, tomando tais textos como representações sociais da realidade. O objeto empírico compõe-se de 491 notícias e reportagens publicadas na revista entre 1985 e 2015. Os objetivos são identificar e descrever as representações da ruralidade brasileira e examinar as transformações nessas representações no intervalo de três décadas. O percurso metodológico subdivide-se nas análises descritiva e interpretativa. Na descrição, os textos são trabalhados nos eixos temáticos econômico-produtivo, técnico-científico, sociocultural e natural-sustentável. Na interpretação, identificam-se e se examinam representações sociais da ruralidade com ancoragens na técnica, na dimensão sociocultural, na natureza e no movimento descrito na Sociologia como “nova ruralidade”.

Palavras-chave: Representações sociais; Jornalismo; Globo Rural.

Abstract: This article studies the social representations of Brazilian rurality in the Globo Rural magazine. Based on Moscovici’s theory, the news are focused in their symbolic dimension and as social representations of reality. The empirical object is composed of 491 news and reports published in the magazine between 1985 and 2015. The aims of this study are to identify and describe the representations of the Brazilian rurality and to examine the transformations in these representations in the interval of three decades. The methodological course is subdivided into descriptive and interpretive analyzes. In the description, the texts are categorized on the economic-productive, technical-scientific, sociocultural and natural-sustainable thematic axes. In the interpretation, social representations of rurality are identified and examined with anchorages in the technique, in the sociocultural dimension, in the nature and in the movement described in Sociology as “new rurality”.

Keywords: Social representations; Journalism; Globo Rural.

1 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: isadora.moreiraribeiro@gmail.com

2 Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado na ECA/USP (2009) e Universidad Complutense de Madrid (2016). Líder do Grupo de Pesquisa Crítica de Mídia e Práticas Culturais. Bolsista PQ / CNPq.

Introdução

A reflexão sobre a vinculação entre jornalismo e representações sociais parte do pressuposto de que o fenômeno jornalístico pode ser pensado em sua dimensão simbólico-representativa. A Teoria das Representações Sociais, tal como desenvolvida pelo psicossociólogo Serge Moscovici, na década de 1960, propõe que representações sociais “são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (MOSCOVICI, 2009, p. 49). Para a teoria moscoviciano, segundo Jodelet (2001, p. 25), as representações se constituem na relação de simbolização e de interpretação de um sujeito acerca de um objeto e a realidade social se caracteriza como “uma construção consensual, estabelecida da interação e na comunicação”. Como esclarece Jodelet (2001, p. 17-18), as representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. As notícias se constituiriam, então, como um pertinente material empírico para a investigação das representações sociais.

Na perspectiva construcionista considera-se a existência de múltiplas realidades, sendo a da vida cotidiana ou a do senso comum aquela construída pelos sujeitos em suas ações de interpretação e de atribuição de sentidos ao mundo do qual fazem parte. Por isso, o pressuposto de que as notícias são construções simbólicas em diálogo com a realidade na qual se referenciam e pela qual circulam. Porém, o entendimento de que as notícias produzem versões da realidade não indica, como apontam críticas às teorias construcionistas, que o jornalismo seria o principal agente no processo de construção social da realidade. Jodelet (referência), assim como Moscovici (referência), destaca a centralidade da comunicação no estudo das representações sociais, localizando, ao lado da cultura e da sociedade, a comunicação e a linguagem como condições de produção e de circulação das representações. Diante da relevância da comunicação para a Teoria das Representações Sociais, e frente ao entendimento de que o Jornalismo está circunscrito na esfera da Comunicação, torna-se possível pensar nas notícias como parte do processo de emergência, produção e circulação de representações.

Julgando como válida a necessidade de se aprofundar a relação entre jornalismo e representações sociais, este estudo questiona como o jornalismo, que atua na produção e na circulação de representações, participa do processo de constituição de sentidos acerca do mundo em que vivemos. A pesquisa centra-se nas representações sociais da ruralidade brasileira na revista *Globo Rural*, com corpus delimitado em 491

notícias e reportagens das trinta edições da revista que compõem o infográfico *Túnel do Tempo*, produzido para o Especial de 30 anos da *Globo Rural* e publicado na edição de novembro de 2015. Como apresentado pelo próprio texto de introdução a esse infográfico, que narra a história da revista entre 1985 e 2015, nessas três décadas foram impressas e distribuídas 360 edições da *Globo Rural*.

Com base no significativo intervalo de tempo de publicação da *Globo Rural*, compreende-se que a revista se constitui como um dispositivo expressivo para o entendimento de um percurso histórico da ruralidade brasileira. “Do cruzeiro ao real, da pecuária extensiva às modernas técnicas de confinamento e melhoramento genético, do cultivo convencional à agricultura de precisão, a revista testemunhou a evolução da agropecuária brasileira e mundial” (*Túnel do Tempo*, GLOBO RURAL, nº 31, nov./2015, p. 38). Assim, elegem-se como objetivos identificar e descrever as representações sociais da ruralidade brasileira nas notícias e reportagens que compõem o corpus e examinar as transformações nas representações identificadas e descritas, verificando alterações, permanências ou exclusões nestas ou destas construções simbólicas. O processo metodológico se divide nas etapas da descrição, com embasamento na análise de conteúdo, e da interpretação, em que se retoma a referência teórica para o entendimento das representações descritas.

Representações coletivas na construção das notícias

A Teoria das Representações Sociais, elaborada por Moscovici em *A psicanálise, sua imagem e seu público* (1961), parte da noção de representação coletiva desenvolvida por Émile Durkheim, propondo que as representações sociais “são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (MOSCOVICI, 2009, p. 49). A perspectiva adotada por Moscovici (1988) no desenvolvimento de sua teoria é construtivista e dialoga diretamente com a Sociologia e com a Antropologia. Nesse sentido, o autor propõe que as representações são social e culturalmente localizadas, definindo-se como “*uma modalidade de conhecimento particular*” (MOSCOVICI, 1978, p. 26, grifos no original) que se constitui na inter-relação entre os sujeitos e os objetos que são representados.

A abordagem das representações sociais faz alusão, predominantemente, ao conhecimento do senso comum, isto é, ao conhecimento compartilhado na vida cotidiana. Moscovici (2009) esclarece que a vida cotidiana remete a um universo consensual, no qual representações são geradas a partir dos processos de ancoragem e objetivação. A ancoragem aciona, segundo o autor, a classificação do objeto incomum,

ou não-familiar, com base no referencial simbólico partilhado por um grupo social (MOSCOVICI, 2009). E a objetivação corporifica a representação, transformando o objeto em realidade, reproduzindo “um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2009, p. 71). As representações sociais são, portanto, formas de conhecimento que criam e modificam a realidade e a partir dela se recriam.

Moscovici (1988) salienta que a proposta de sua teoria não é fazer um inventário do conceito de representação, que julga tributário da Filosofia. Seu interesse está nos modos pelos quais, nas sociedades modernas, “representações podem se tornar sociais, dependendo das relações entre os membros de um grupo” (MOSCOVICI, 1988, p. 221, tradução livre). Esse “tornar-se social” pode se concretizar pela hegemonia, pela emancipação ou pela polêmica. O autor denomina representações hegemônicas (*hegemonic representations*) aquelas que “podem ser compartilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado – um partido, cidade ou nação – sem que tenham sido necessariamente produzidas pelo grupo” (MOSCOVICI, 1988, p. 221, tradução livre). Essas representações, explica, “prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas ou afetivas, sendo aparentemente uniformes e coercitivas”. As representações emancipadas (*emancipated representations*) resultam da interação entre subgrupos, os quais criam formas de conhecimento que compartilham entre si. Essas representações apresentam “um certo grau de autonomia com respeito aos segmentos que interagem na sociedade”, caracterizando-se como complementares e podendo ser visualizadas em um nível microssociológico. Por sua vez, as representações polêmicas (*polemical representations*) são “geradas no curso de conflitos e controvérsias sociais, e a sociedade como um todo não as compartilha. Elas são determinadas por relações antagônicas entre seus membros e destinam-se a ser mutuamente excludentes”.

Os caminhos que Moscovici traça para caracterizar o fenômeno das representações sociais como algo específico das sociedades modernas reforçam o papel central da comunicação social no estudo das representações. Depreende-se que as representações só se constituem enquanto hegemônicas, emancipadas ou polêmicas porque são conformadas pela comunicação; e é pelo fato de serem comunicáveis que são também dinâmicas. Nesse sentido, o autor expressa que “cada vez que um saber é gerado e comunicado, torna-se parte da vida coletiva” (MOSCOVICI, 2001, p. 63), de modo que a comunicação é o meio pelo qual as representações tornam-se sociais.

A noção de representação social se inscreve nos limites da comunicação na medida em que esta é tomada, “como instância de produção de sentido instalada num contexto relacional”, de acordo com França (2004, p. 13). Para a autora, o conceito é de relevância – assim como o de mediação – para se pensar a comunicação enquanto

processo interativo entre sujeitos, uma vez que as representações são fenômenos de natureza complexa, que instauram sentidos e se inscrevem materialmente. Na concepção de França (2004, p. 22), representações “existem dentro e enquanto práticas comunicativas”.

No quadro mais específico do jornalismo, compreendido a partir de sua dimensão midiática e de sua inscrição no campo da Comunicação, conforme demarcam França (1998) e Silva (2010), o estudo das representações sociais reforça o caráter simbólico dos produtos jornalísticos, o que se manifesta na própria análise da imprensa francesa que compõe a tese de Moscovici (1979). Nos estudos das notícias, a concepção construcionista permite estabelecer uma relação com a teoria moscoviciana, tendo em vista que propõe que as mídias noticiosas participam do processo de construção da realidade.

Como argumenta Alsina (1989), a notícia constrói versões de realidade, constituindo-se como “uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 1989, p. 185, tradução livre) Para o autor, pensar a notícia no processo de produção social da realidade é compreendê-la como representação social que resulta de uma prática profissional institucionalizada e legitimada – o trabalho jornalístico –, e que cria uma versão de realidade que não é necessariamente a da vida cotidiana, mas que nela se referencia e a ela se volta. Esta definição permite compreender a notícia como uma produção simbólica permeada de representações sociais, estabelecendo uma aproximação entre o jornalismo e a teoria moscoviciana. Portanto, a representação social é um modo de conhecimento que possui uma finalidade prática na vida cotidiana (MOSCOVICI, 1978; 1979) e que tem nas notícias uma materialização específica.

Conforme Silva (2010, p. 245), leva-se em conta que “o fenômeno da comunicação noticiosa é de natureza igualmente social e coletiva”, estando as notícias vinculadas ao tecido social. As notícias constituem unidades de significação, construções simbólicas que instauram sentidos e que podem fazer parte da tessitura das múltiplas realidades vivenciadas pelos sujeitos sociais. Dessa forma, em sua conformação particular enquanto produto midiático e noticioso, a revista *Globo Rural* participa de interações comunicativas que incidem nas inúmeras construções de sentido posicionadas no espaço da vida cotidiana, seja no âmbito da recepção, como mostra o estudo Silva (2009) com leitores urbanos da publicação, seja no âmbito de seus conteúdos, como retrata pesquisa de Maia (2011, p. 156) sobre as imagens e imaginários de natureza na revista.

Partindo dessas investigações, mas com o anteparo da Teoria das Representações

Sociais, pressupõe-se que as reportagens e notícias publicadas na *Globo Rural* entre 1985 e 2015 permitem apreender, descrever e interpretar representações sociais da ruralidade brasileira, num reforço da dimensão simbólica das notícias e da relação entre jornalismo e produção de sentidos. O exercício desta investigação toma a *Globo Rural* como uma das manifestações das múltiplas ruralidades que fazem parte de um arranjo maior, que é o rural brasileiro. Portanto, reflete-se sobre o jornalismo em relação ao processo de construção social da realidade e, mais especificamente, da ruralidade.

A ruralidade brasileira na Globo Rural (1985 – 2015)

Valendo-se de conotações que variam conforme a especialidade a que se vinculam, os conceitos de campo e cidade, rural e urbano se traduzem simbolicamente na forma de representações que circulam nas narrativas que perpassam a vida cotidiana, como as narrativas configuradas pela mídia. No panorama de teorizações mais amplas acerca do rural brasileiro, Carneiro (2012, p. 38-39) distingue duas tendências: a que questiona os limites da abordagem dualista rural-urbano, voltando-se “para os significados de práticas culturais, tanto no campo como na cidade, na construção de novas identidades sociais e de novas imagens sobre o rural”; e a que reforça a especificidade do rural, manifestada empiricamente em características que permitiriam tratá-lo como “uma categoria genérica, universal e destituída de um conteúdo relacional”. Fundamentando esta pesquisa, a teoria da ruralidade como representação inclui-se na primeira tendência destacada pela autora, na direção de que o rural como representação corresponde “a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhe atribuem significados distintos” (CARNEIRO, 2012, p. 46).

Entender a ruralidade como uma representação social é, pela teoria de Moscovici, assumi-la como uma forma de conhecimento que emerge, circula e se atualiza no cerne de processos sociais, nos quais se incluem as trocas comunicativas. Na condição de representação, a ruralidade é construção simbólica que tem ancoragem territorial, mas que transita fora dos limites físicos desse espaço, o que também serve à urbanidade. Como expressa Jodelet (2005, p. 50), a representação social é “uma forma de pensamento social, cuja gênese, propriedades e funções devem ser relacionadas com os processos que afetam a vida e a comunicação sociais”, o que implica o reconhecimento da ruralidade como uma forma de conhecimento que faz parte das relações cotidianas. Depreende-se que interpretar o rural como representação social a partir do jornalismo é, como propõe Martins (1986, p. 12) para a

Sociologia, supor “que a própria noção de rural é elaborada a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais”.

Reconhecendo-se a relevância da mídia noticiosa no circuito de produção e reprodução de representações sociais sobre a ruralidade, a revista *Globo Rural* se destaca como um produto jornalístico expressivo para o estudo do rural brasileiro. Pela compreensão de que “a ruralidade contemporânea é marcada pela coexistência de diferentes códigos culturais e pela possibilidade de negociação e trânsito entre eles” (CARNEIRO, 2012, p. 254), é possível ver, na investigação sobre as representações sociais da ruralidade brasileira na revista, as transformações na construção do rural sem, contudo, reduzi-lo ao agrícola. Busca-se reforçar, com isso, a potência simbólica do jornalismo, contrapondo-se a uma concepção evolucionista da sociedade no sentido campo > cidade.

A *Globo Rural* completou 30 anos de publicação em outubro de 2015. Na edição do mês seguinte, como parte da seção “Especial 30 anos”, a revista apresentou, na forma do infográfico *Túnel do Tempo*, seu percurso entre 1985 e 2015, tendo como referência 30 edições selecionadas entre as 360 impressas e distribuídas mensalmente no decorrer dessas três décadas. No texto de introdução a esse infográfico, os editores Cassiano Ribeiro e Sebastião Nascimento destacam a variedade de conteúdos registrados pela *Globo Rural*, observando que a revista “acompanhou as principais mudanças ocorridas no campo, na política, na economia e na cultura do Brasil” e “testemunhou a evolução da agropecuária brasileira e mundial” (*Túnel do Tempo*, GLOBO RURAL, nº 31, nov./2015, p. 38).

Além da segmentação e abrangência das pautas, Silva (2009, p. 19) assinala que “o público-alvo da revista são, em princípio, os produtores rurais”, identificação declarada por Roberto Marinho no primeiro editorial da publicação. Conforme o presidente das *Organizações Globo* à época, a *Globo Rural* complementaria o telejornal, tendo como pretensões “transformar-se em companheira do agricultor, em todas as etapas de seu trabalho, refletir seus anseios e suas reivindicações” (*Editorial*, GLOBO RURAL, nº 1, out./1985, p. 3). Marinho destaca que, apesar de se direcionar à informação e à prestação de serviços para o homem do campo, a revista também seria distribuída nos grandes centros urbanos, a fim de que os brasileiros pudessem compreender um pouco mais do mundo rural “de que tanto dependemos”.

Se, por um lado, a ideologia técnica-produtiva ampliou o mercado consumidor de notícias sobre o campo – com a revista alcançando a tiragem de 400 mil exemplares em outubro de 1986 (*Nosso voto de aniversário*, GLOBO RURAL, nº 13, out./1986, p. 3) –, por outro, teve impactos negativos. Maia (2011, p. 112) observa que, apesar dos ganhos

comerciais, “o modelo de modernização da Revolução Verde revelou-se excludente do ponto de vista social e insustentável do ponto de vista ambiental”. Como nota a autora, o surgimento da revista coincide com um período de crise econômica do país e de intensificação das consequências do padrão agrícola adotado nos anos precedentes. Do primeiro exemplar circulante da *Globo Rural* até o de número 360, os efeitos econômicos e demográficos da modernização do campo foram significativos. Pode-se considerar que, nesses 30 anos, a *Globo Rural* dialoga com conjunturas específicas e compõe uma representação do rural brasileiro em plurais versões.

Levando-se em conta que as 30 edições selecionadas pelos editores da revista para compor o *Túnel do Tempo* são as julgadas por eles mesmos como representativas dessas três décadas, esta pesquisa optou por tomar justamente esses exemplares como objeto empírico de nossa investigação – com o propósito de ver aí, nos marcos elencados por quem produz a revista, as representações sociais da ruralidade brasileira no decorrer do período.

Para a ordenação dos temas emergentes dos conteúdos das notícias e reportagens avaliou-se o encadeamento estrutural da pauta – observando-se aspectos como localização editorial e conteúdos de chapéu, título, linha fina, intertítulo, box e infografia – e a angulação apreensível do conjunto textual – identificando-se o sentido predominante no texto jornalístico. Dessa forma, chegou-se à categorização de quatro eixos temáticos (econômico–produtivo; técnico–científico; sociocultural; natural–sustentável), descritos em suas especificidades em ordem quantitativa decrescente quanto ao número de textos que concentram. Em cada categoria, os conteúdos foram distribuídos em função de três intervalos de tempo (1985/1995 – 1996/2005 – 2006/2015), a fim de que fosse possível visualizar o percurso histórico das tematizações.

Análise descritiva

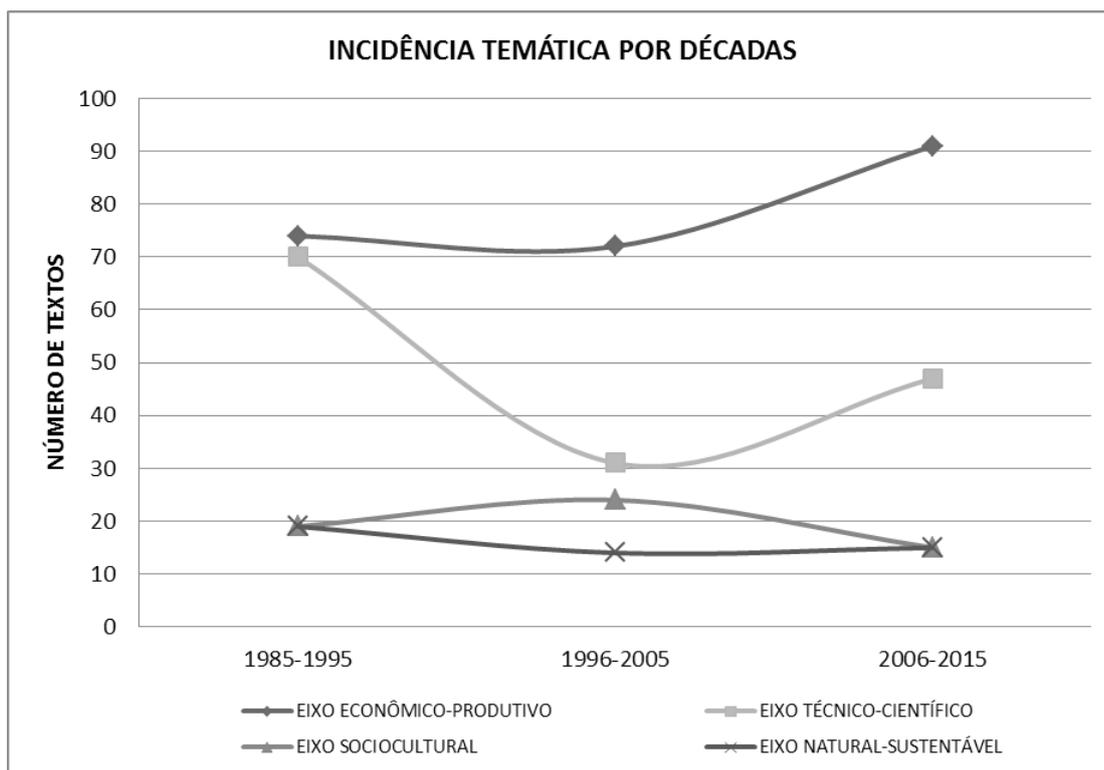
(A) Eixo econômico–produtivo: os conteúdos que se orientam predominantemente pelo princípio econômico–produtivo se distribuem em 237 textos, o que equivale a pouco mais de 48% do corpus. De 1985 a 1995, foram contabilizados 74; na década seguinte, 72; e entre 2006 e 2015, foram 91. Comparando os gêneros textuais informativos, na primeira década as reportagens predominam sobre as notícias tematizadas em torno da economia e da produção agropecuária. Nos anos seguintes essa relação se manteve equilibrada, notando-se uma progressiva redução no número de reportagens, que foram substituídas por textos mais concisos, direcionados aos negócios de alto desempenho e à produção em larga escala. Essa propensão à cobertura setorial é acentuada de 2010 em diante. Avaliando-se o

intervalo 2010–2015, o conteúdo da revista dialoga diretamente com empresários, empreendedores e investidores, havendo gradativa anulação do espaço destinado aos pequenos produtores, em comparação ao período anterior.

(B) Eixo técnico-científico: foram contabilizados 148 textos, o que representa cerca de 30% do corpus. Nos 10 primeiros anos da revista, verificaram-se 70 textos de ancoragem técnico-científica; de 1996 a 2005, 31; e 47 entre 2006 e 2015. Quanto à natureza dos textos jornalísticos, há uma estabilidade nesses 30 anos, com a preponderância de reportagens. O teor de divulgação científica e tecnológica coexiste com técnicas do cotidiano do trabalhador rural nos primeiros anos, sendo aparente o perfil de didatismo similar às atividades de extensão rural. A partir dos anos 2000, a integração entre ciência, inovação e produtividade passa a ser dominante, intensificando-se na última década examinada, em articulação direta com temas econômico-produtivos.

(C) Eixo sociocultural: correspondendo a 58 textos, com alcance de quase 12% do corpus, são constatadas 19 matérias no período entre 1985 e 1995; 24 na década subsequente; e 15, de 2006 a 2015. Neste eixo temático há o percentual de reportagens mais elevado, com prevalência absoluta desse gênero textual entre 1996 e 2005, década de maior concentração dessas pautas. Observa-se que, de 2006 a 2015, à medida que os temas econômico-produtivos e técnico-científicos ascenderam, os socioculturais decresceram, indicando uma reconfiguração do perfil editorial da *Globo Rural*.

(D) Eixo natural-sustentável: aproximadamente 10% do corpus, percentual referente a 48 textos, encontram-se neste eixo temático, sendo 19 no período de 1985 a 1995; 14 entre 1996 a 2005; e 15 nos 10 anos seguintes. Os conteúdos de ordem natural-sustentável são, na primeira década, apresentados em sua maioria na forma de reportagens; nas décadas seguintes, há um equilíbrio em relação ao número de notícias. Considerando-se a variação quantitativa em função das três décadas de referência, este eixo temático manteve-se mais uniforme do que os outros, mas a angulação da sustentabilidade pela prioridade econômica reforça o encaminhamento agrícola e setorial que a *Globo Rural* tem seguido, o que se inclui na análise qualitativa dos conteúdos identificados. Comparando os quatro eixos descritos quantitativamente, a Figura 1 mostra a incidência dos temas em relação às décadas analisadas.

Figura 1: Incidência temática por décadas.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Se, por um lado, os números revelam a tendência crescente das pautas técnicas e produtivas na primeira e na última década trabalhadas, por outro, a angulação dos textos jornalísticos aponta para uma variação entre esses períodos, principalmente no que se refere ao espaço destinado à pequena produção e à crítica ao modelo excludente de desenvolvimento econômico, progressivamente reduzido (ou mesmo anulado) de 2005 em diante. Entre 1985 e 1995, há uma paridade entre as notícias e reportagens sobre os pequenos e grandes produtores rurais. Nessas edições, há lugar para as análises de mercado (concentradas nas seções de economia), para a agricultura familiar, para os riscos enfrentados pela natureza e para a cultura caipira, que conformam uma imagem de otimismo do campo como espaço de vida, de produção e de preservação: “tudo que a gente dá tem um sentido construtivo, positivo, somador. E tudo vem cercado de uma grande vontade de ser claro, simples, objetivo”, escreve José Hamilton Ribeiro ao apresentar o primeiro número da revista ao leitor (*Conversa na Varanda*, GLOBO RURAL, nº 1, out./1985, p. 5).

As reverberações negativas do projeto modernizador que ganhou êxito com o golpe de 1964 se manifestam de maneira recorrente nas edições da primeira década, notadamente em termos sociais e ambientais, com críticas ao modelo de desenvolvimento.

[...] nas décadas de 50/60, as estradas comandaram a aproximação entre o campo e a cidade. Mais para a frente, no período 60/70, a oferta de insumos químicos e de equipamentos mecânicos fixou-se na tonelagem das safras. Finalmente, nos 70/80, privilegiou-se o mercado, em nome do qual se expandiram as fronteiras, o meio de se formar os grandes complexos agroindustriais. Essa cadeia de acontecimentos permitiu, pela ordem: dar mobilidade aos migrantes; liberar mão de obra do campo, sem ter onde acolhê-la no mercado de trabalho; redesenhar o mapa de forma não raro cega e selvagem. Nessa toada, colonos pobres, agricultores sem-terra, boias-frias, favelados foram ficando pelos caminhos – que muitas vezes eles próprios ajudaram a abrir (*O Brasil que anda*, GLOBO RURAL, nº 72, out./1991, p. 35).

No contexto brasileiro, a instabilidade da moeda nacional, o descontrole da inflação e a realização, no Rio de Janeiro, da Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento –, colocaram em discussão a ameaça à biodiversidade e as mudanças climáticas acirradas no final do século XX. Nesse cenário, as reportagens exploram a identificação entre natureza e espaços rurais, com pautas que vão da angulação técnico-científica à natural-sustentável.

Na década que se inicia em 1996, o fortalecimento do agronegócio e as dificuldades à sobrevivência da pequena produção configuram duas frentes díspares da economia agropecuária, persistindo nos conteúdos pautados pela *Globo Rural*. Os rumos da agricultura no século XXI passam a ser frequentemente questionados no início dos anos 2000, dando continuidade às reflexões ambientais e estendendo a crítica à modernização – a princípio dimensionada em termos humanos – ao bem-estar animal. Os desafios de se reconfigurar a educação técnica e superior em ciências agrárias na virada do milênio sinalizam os equívocos da prática científica desvinculada do compromisso social e ambiental. O esgotamento do modelo agrícola convencional e a ação predatória do homem sobre a natureza são endossados em reportagens sobre fenômenos meteorológicos e sanidade animal.

Em 50 anos de mercantilização das relações do homem com a terra, criaram-se inúmeras barreiras de ordem prática e uma dificuldade quase ideológica de se enxergar o campo como algo mais que mero entroncamento de safras e insumos. O enlace economicista com a modernidade reduziu-o à condição de substrato complacente de um modelo clivado de antagonismos – o mais visível deles opõe o alimento à saúde, mas não é o único. O que se desenha, no fundo, é um conflito de natureza mais ampla entre dois relógios de tempos distintos, dois ritmos irreduzíveis e inconciliáveis – o da reprodução biológica e o da reprodução do dinheiro (*O sabor do século 21*, GLOBO RURAL, nº 188, jun./2001, p. 47).

Entre 2006 e 2015, embora iniciativas governamentais busquem estimular a agricultura familiar, o agronegócio e a tecnologia direcionada à grande produção dominam as pautas, alternando-se nas reportagens de capa. As matérias patrocinadas por empresas de máquinas e veículos agrícolas, bancos e marcas de insumos e rações, presentes de forma mais retraída na década anterior, passam a ser mais

frequentes. Em contexto controverso, a *Globo Rural* procura conciliar produtividade e preservação por meio do discurso da sustentabilidade (econômica e ambiental), baseado em histórias de sucesso de grandes produtores que investiram em tecnologia para atender às demandas das legislações.

Tem dinheiro no banco, a juros baixos e para fazer uma produção mais adequada ao meio ambiente. Mas o produtor rural não sabe e não foi atrás. Em um país onde “o cobertor é curto” para financiar o agronegócio, está sobrando dinheiro em uma linha de crédito voltada especificamente para aquilo que tende a ser o “calcanhar de Aquiles” do setor: a sustentabilidade ambiental (*Há R,\$ 2 bilhões nos bancos à espera de projetos sustentáveis*, GLOBO RURAL, nº 307, mai./2011, p. 53).

A integração entre economia, produtividade, técnica, ciência e produção sustentável gradativamente exclui as reportagens socioculturais – marcantes nas décadas anteriores – das edições da revista. Mantém-se, contudo, o foco na emblemática imagem do “homem do campo”, anunciada no primeiro Editorial. Entretanto, apesar de se conservar o protagonismo dos “personagens, suas histórias e ambientações”, esses sujeitos já não “ganham destaque nas aberturas do texto e nas fotos mais que os números de sua produção e rendimentos”, especificidade anteriormente ressaltada por Silva (2009, p. 293). Nesse percurso, os conteúdos mostram uma ressignificação da perspectiva setorial do rural, que pende para os números do agronegócio e seus personagens.

Análise interpretativa

As alternâncias e permanências nos conteúdos noticiados pela revista *Globo Rural* sugerem uma produção de sentidos diversificados sobre a ruralidade brasileira. Esses sentidos caracterizam representações sociais derivadas dos eixos temáticos que estruturam a descrição, embora não correspondam necessariamente às tematizações categorizadas. Levando-se em conta que a ruralidade se constrói a partir da relação de simbolização que os textos jornalísticos estabelecem com as manifestações materiais e imateriais do rural na realidade da vida cotidiana, as representações sociais da ruralidade brasileira se diferenciam de acordo com o princípio organizador de seus sentidos.

A noção de princípio organizador de uma representação social direciona o interesse pelas “ideias, máximas ou imagens que, de maneira ou outra, são virtuais ou implícitas” (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2009, p. 219-220). Pelo princípio organizador, busca-se dar conta da geratividade das representações, ancorando e objetivando sentidos. Em relação ao corpus investigado, depreende-se que as notícias e as reportagens são objetivações que, analisadas em seu conjunto, aproximam-se ou

distanciam-se conforme a ancoragem. A análise interpretativa permite identificar quatro representações sociais, conforme o princípio organizador que as especifica: a ruralidade com ancoragem na técnica; a ruralidade com ancoragem sociocultural; a ruralidade com ancoragem na natureza; e a ruralidade com ancoragem no movimento descrito pela Sociologia como “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000; VEIGA, 2006).

A representação da ruralidade ancorada na técnica é orientada pelo princípio do trabalho que, alinhado à ideia de modernização do campo, configura a imagem do rural como ambiente dominado pela ação física do homem, seja pela via direta ou mediada pela tecnologia. As pautas que focalizam a mecanização da produção, a ciência aplicada ao desenvolvimento de novas tecnologias e as práticas de cultivo e de criação adotadas por pequenos e grandes produtores apresentam majoritariamente esta versão de ruralidade. Pela importância concedida ao espaço rural, a representação de ancoragem técnica é fortemente apegada à materialidade física e geográfica do campo, podendo ser definida como uma ruralidade territorializada. Em certos pontos, nota-se nesta representação social o reforço da polarização campo-cidade, que tem no urbano seu extremo atuante. É a partir da tecnologia desenvolvida nos centros de pesquisa localizados nas cidades que o trabalho rural prospera, discurso amparado nas histórias de sucesso de produtores rurais, quase sempre encerradas pelo binômio produtividade/lucratividade.

Na representação da ruralidade com ancoragem sociocultural observa-se a simbolização da vivência humana, da dimensão social e cultural que se ancora no rural, mas que não se limita ao território físico. Trata-se de uma ruralidade culturalmente desterritorializada, recorrente em matérias sobre festejos populares e religiosos, música caipira e sertaneja, culinária e artesanato. Nesta representação, o campo aparece valorizado em detrimento das desvantagens atribuídas à cidade, o que fomenta a crítica ao modelo de desenvolvimento que relega ao rural e a seus habitantes a condição de passado a ser superado. Ao mesmo tempo em que exalta e mitifica a imagem do “homem do campo”, a ruralidade sociocultural conforma uma visão de humanidade oposta, que ameaça a cultura e a sociedade rurais.

Pela ancoragem na natureza, a representação da ruralidade remete particularmente à imagem de natureza intocada que Maia (2011) distingue em seu estudo sobre a revista *Globo Rural*. Trata-se do reconhecimento do rural como espaço de preservação da flora e da fauna nativas, sobrepondo-se às caracterizações técnica e sociocultural da ruralidade. Nos textos analisados, esta representação é construída nas pautas que enfocam os biomas brasileiros, as espécies selvagens, as belezas naturais e o meio ambiente de forma geral. Na visão ancorada na natureza,

a ruralidade privilegia o espaço natural, representação que “não só refuta o direito da humanidade de explorar a natureza, como assinala seu dever de mantê-la intacta, livre das interferências nocivas da civilização” (MAIA, 2011, p. 129).

Compondo-se a partir da conjunção das representações precedentes, a nova ruralidade nasce atrelada ao paradigma do desenvolvimento sustentável que, a rigor, deveria ser desdobrado em “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”, como assinala Sachs (2010, p. 10). Nesta representação, nota-se a proposição de uma coexistência harmônica – por vezes excessivamente – entre técnica, natureza e vida humana, que convergem para um enfoque sistêmico, de teor paliativo quanto aos efeitos excludentes da modernização. As pautas associadas à nova ruralidade referem-se a assuntos como sistemas agroflorestais, integração lavoura-pecuária-floresta, turismo rural, agricultura de baixo carbono e matrizes energéticas renováveis, que passam a ser mais frequentes a partir dos anos 2000. Nesta representação, rendimentos e preservação constroem uma narrativa de otimismo sobre o futuro da produção agropecuária.

Partindo-se do encadeamento dessas representações sociais da ruralidade brasileira verificadas na *Globo Rural*, é possível delinear um movimento cíclico dessas construções simbólicas em 30 anos, conforme o caráter hegemônico, polêmico ou emancipado que, segundo Moscovici (1988), demarca a dimensão social das representações. Na teoria moscoviciano, as representações hegemônicas aparentam estabilidade e são compartilhadas pela maioria (MOSCOVICI, 1988). No caso das notícias, pode-se dizer que as representações hegemônicas circulam pela maior parte dos conteúdos, construindo um sentido predominante.

Na *Globo Rural*, diante de um cenário eminentemente econômico-produtivo, a hegemonia da técnica da primeira década vem sendo substituída, nos últimos anos, pela narrativa agregadora que singulariza a representação da nova ruralidade. A ruralidade ancorada na natureza surge, diante da proeminência técnica, na condição inicial de representação emancipada, a qual, de acordo com a classificação de Moscovici (1988), possui certa autonomia e dialoga com grupos mais localizados. Tal condição é progressivamente apresentada como polêmica, o que se intensifica na virada do século XX para o XXI, alimentando a controvérsia entre o discurso modernizador e o discurso ambiental. Como expõe Moscovici (1988), representações polêmicas são geradas no embate de ideias e tendem a confrontar o hegemônico.

Em termos socioculturais, a ruralidade é, preliminarmente, representada na condição concomitante de polêmica, no que se refere à reprovação das consequências da modernização sobre a população rural, e emancipada, no que diz respeito a

tradições e práticas culturais localizadas. No entanto, o caráter secundário que a esfera social assume diante do encaminhamento econômico e ambiental que a revista tem dado à sustentabilidade nos últimos anos mantém a posição emancipada dessa representação, num cenário de emergência e de estabilização da nova ruralidade.

Na movimentação conjunta dessas representações, observa-se que a nova ruralidade se sedimenta na incorporação do polêmico (natureza) ao hegemônico (técnica), o que pode ser percebido como indício da permeabilidade da revista *Globo Rural*, enquanto produto jornalístico, ao contexto social contemporâneo, marcado pelo enfrentamento à ideologia produtivista alheia ao esgotamento dos recursos naturais. A alteração que se vê na condição hegemônica, polêmica ou emancipada das representações sociais da ruralidade expressa a mobilidade dessas construções simbólicas no curso dos processos sociais em que se incluem.

É essa especificidade do contexto social contemporâneo que leva Veiga (2006) a argumentar que, em vez de renascer, como defendem alguns pesquisadores, a ruralidade estaria nascendo – por isso “nova”. A partir do autor, entende-se que a “nova ruralidade” está mais ligada à reestruturação do pensamento social acerca da relação homem-natureza do que a uma mudança na realidade rural brasileira, a um “novo mundo rural”. Por essa direção, pode-se dizer que a nova ruralidade está vinculada a uma nova forma de visibilidade, ligada ao que Maia (2011) descreve como despertar do imaginário biocêntrico.

A capacidade de tensionar a hegemonia pela via da polêmica e a subsistência de representações emancipadas e de conteúdos em minoria quantitativa possibilitam entrever o dinamismo das representações nas interações sociais – e comunicativas – em que são acionadas. Esse dinamismo também reflete a relação da *Globo Rural* com os leitores, seus contextos e interesses, uma vez que, na regulação da comunicação da revista com seu público, a criação de representações recíprocas é um “problema permanente”, como enfatiza Moscovici (1979, p. 356).

Depreende-se, assim, que as transformações e permanências percebidas nos conteúdos de uma representação e na posição que esta ocupa nos processos comunicativos – entre eles o midiático – de um determinado momento histórico tornam possível apreender a atuação das notícias na construção social da realidade. Cabe acentuar que “o rural é parte de uma forma de construção social da realidade” (MARTINS, 1986, p. 12-13) e a opção por determinada ancoragem da ruralidade mostra o texto jornalístico como um produto que se configura com base na seleção e na interpretação de um contexto particular. Ao simbolizar esse contexto de uma angulação específica, as notícias podem contribuir tanto para a manutenção quanto

para a ruptura com a ordem hegemônica.

Considerações Finais

Este percurso de descrição e interpretação das representações sociais da ruralidade brasileira na revista *Globo Rural* sinalizou a predominância de pautas econômico-produtivas e técnico-científicas em comparação com as socioculturais e natural-sustentáveis, fornecendo substrato para que se identificasse como representações sociais a ruralidade com ancoragem técnica (orientada pelo princípio do trabalho), a ruralidade com ancoragem sociocultural (voltada para a dimensão social e cultural que se ancora no rural), a ruralidade com ancoragem na natureza (identificada com a imagem intocada da biodiversidade) e a nova ruralidade (vinculada ao paradigma da sustentabilidade). As alterações e permanências notadas no movimento dessas representações em três décadas permitiram que se visualizasse a mobilidade e circularidade desses fenômenos, que se alternaram entre a condição de hegemonia, polêmica ou emancipação, propiciando entrever os textos jornalísticos como construções que não se limitam à reprodução da ordem hegemônica, mas que também instauram dissensos.

Pela análise empírica inferiu-se que, nesses 30 anos, os conteúdos que mais tensionaram o domínio econômico-produtivo foram os de angulação natural-sustentável, o que indica a permeabilidade do jornalismo às injunções ambientais que se intensificaram na passagem para o século XXI. Em termos de representações sociais, a emergência da nova ruralidade, entendida como um reordenamento na forma de visibilidade do rural, pode ser vista como manifestação da inserção do jornalismo nos processos sociais contemporâneos, em que se aguçam os conflitos em torno da natureza.

Essas constatações, possibilitadas pela análise empírica, reforçam a inclusão do jornalismo nas relações sociais, o que implica reconhecer que os produtos jornalísticos são também receptores no processo comunicativo, uma vez que o objeto acerca do qual constroem representações lhes é externo, como argumenta Moscovici (1979). Pode-se dizer que a materialidade da notícia como resultado da ação representativa corrobora a definição de Alsina (1989, p. 185, tradução livre) de que esse gênero textual “é uma representação social da realidade cotidiana”. No caso deste estudo, uma representação social da ruralidade, que é uma realidade socialmente construída e comunicada pela *Globo Rural*.

Deve-se levar em conta que a opção pela análise de uma publicação segmentada

e direcionada à cobertura rural delimita um universo simbólico favorável à identificação de representações plurais da ruralidade.

Os resultados obtidos estão, contudo, limitados aos conteúdos noticiosos, podendo ser complementados por um estudo direcionado à circulação dessas representações no imaginário dos jornalistas ou por uma pesquisa que se volte para as representações da ruralidade no contexto da recepção. As aberturas de pesquisa se estendem, também, a outros gêneros textuais jornalísticos, como os opinativos.

As inferências trazidas por esta investigação reforçam o entendimento do jornalismo como atuante na constituição simbólica do pensamento social. Neste estudo, a Teoria das Representações Sociais se mostrou como ancoragem fecunda para dar conta de uma abordagem construcionista das notícias, reafirmando a noção de construção como uma potência crítica, que não se encerra no reforço do consenso, do pensamento hegemônico. Dentre os processos de socialização de uma representação, a polemização e a emancipação configuram-se como possibilidades de ruptura na realidade cotidiana, o que se fez patente no caráter emancipador da percepção dos problemas da natureza frente ao processo mais amplo de domínio tecnológico e econômico e, por extensão, da construção social da ruralidade.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Buenos Aires: Paidós, 1989.
- CARNEIRO, Maria José. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 23-50.
- FRANÇA, Vera. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (Orgs.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Aparecida, SP: Ideias & Letras 2004, p. 13-26.
- JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001, p. 17-44.
- MAIA, Flávia Dourado. *O jornalismo entre o efêmero e o eterno: imaginário e natureza na Globo Rural (1985-2010)*. 2011. 171 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação campo-cidade. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 11-38.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001, p. 45-66.

_____. El psicoanálisis en la prensa francesa: análisis del contenido y de los sistemas de comunicación. In: MOSCOVICI, Serge. *El psicoanálisis, su imagen y su público*. Buenos Aires: Editora Huemul, 1979, p. 207-363.

_____. Notes towards a description of social representations. In: *European Journal of Social Psychology*. Vol. 18, 1988, p. 211-250.

_____. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____; VIGNAUX, Georges. O conceito de *themata*. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 215-250.

SACHS, Ignacy. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 9 - 11.

SILVA, Gislene. Imaginário coletivo: estudos do sensível na Teoria do Jornalismo. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 244-252, setembro/dezembro 2010.

SILVA, Gislene. *O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos*. Florianópolis: Insular, 2009.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*. V. 20, nº 57, São Paulo, 2006, p. 333-353.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, N. 15, outubro 2000, p. 87-145.